

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 30 No. 1 2017

ARTIGO

A ARQUEOLOGIA DOS GRUPOS INDÍGENAS EM CONTEXTOS HISTÓRICOS: PROBLEMAS E QUESTÕES

Marcos André Torres de Souza*

RESUMO

Este texto busca identificar alguns dos problemas que cercam o estudo dos indígenas que viveram à época da colonização brasileira e em períodos posteriores, bem como encontrar caminhos possíveis para a análise e interpretação dos vestígios materiais a eles associados. Pretende, com isso, contribuir para o incremento das investigações feitas sobre esses indivíduos, cujas trajetórias e experiências ainda são muito pouco conhecidas na perspectiva da Arqueologia.

Palavras-chave: Arqueologia; Grupos Indígenas; Período Histórico.

ABSTRACT

This piece aims to identify some of the problems related to the study of Indians who lived during the colonization in Brazil and in the later periods, as well as to identify possible venues for the analysis and interpretation of the material evidence related to them. In this sense, intends to contribute for the increasing of investigations about these individuals, whose trajectories and experiences are barely known in the perspective of Archaeology.

Keywords: Archaeology; Indigenous Groups; Historical Period.

* Professor do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPGARq). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Museu Nacional, Quinta da Boa Vista, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, Cep: 20940-040. Email: torresdesouza@yahoo.com.

Na Arqueologia Histórica, os estudos que envolvem os grupos indígenas são ainda muito escassos. Em *Negros da Terra*, o historiador John Monteiro (1994) disse que, nas discussões sobre a formação da sociedade colonial, o indígena ocupa a antessala de uma estrutura maior onde reside a escravidão africana. Embora essa afirmação tenha sido feita nos anos 1990, continua sendo atual e não só válida para a Historiografia. Aplica-se também, e com muita propriedade, para o caso da Arqueologia Histórica.

Há aqui uma situação curiosa: nos percursos feitos pela Arqueologia Histórica, o interesse pelos indígenas fez um movimento inverso ao que foi feito pelos africanos. Nos seus momentos iniciais, ainda na década de 1960, a Arqueologia Histórica brasileira concentrou-se, majoritariamente, na investigação de sítios ligados aos indígenas, incluindo, sobretudo, a análise da cerâmica proveniente de sítios de contato das regiões Sul (BLASI, 1963, 1966; BROCHADO, 1969a, 1969b; CHMYZ, 1963, 1964), Sudeste (BELTRÃO & LARAIA, 1969; DIAS JR., 1964) e Nordeste (ALBUQUERQUE, 1969). Esse interesse inicial esteve fortemente associado ao esforço de construir um quadro espaço-temporal amplo da ocupação do território brasileiro, chegando até os momentos associados à colonização portuguesa. Com o passar do tempo, todavia, e ao passo em que se tornou crescente o interesse pela escravidão africana (sobre esse processo, ver SINGLETON & SOUZA, 2009; SYMANSKI, 2014), os indígenas praticamente desapareceram da nossa agenda de pesquisa. Esse desinteresse ainda se faz presente nos dias de hoje, sendo muito poucos os estudos preocupados com o tema.

Esse desinteresse progressivo pode ser explicado, pelo menos em parte, pela crítica hermenêutica. Nessa direção, o argumento de Chris Matthews (2007) merece ser levado em conta. Segundo ele, o conceito de pré-história coloca a identidade indígena em outro campo discursivo, associado a tudo aquilo que diz respeito aos momentos anteriores ao contato e, dessa forma, destacados da realidade colonial. Para explicar esse processo, relembra o conceito de “lugar seguro” (*safe place*) elaborado por Marx e Engels, que se refere a uma espécie de estado natural original, onde os índios estavam ainda livres dos mecanismos corruptores da expansão europeia, responsável pela destruição gradual da sua cultura. Segundo ele, ao tornar-se esse “lugar seguro”, a pré-história terminou por negar coevidade ao indígena. Por essa razão, pensá-lo como sujeito histórico parece apenas razoável em contextos anteriores ao contato.

O desenvolvimento do conceito de pré-história, que remonta à emergência da Arqueologia Científica no século 19 (TRIGGER, 1989:73-109), relaciona-se, em uma perspectiva mais abrangente, a uma série de processos ligados ao Mundo Moderno, que situou em lados opostos o “civilizado” e o “selvagem”, negando a este lugar na modernidade e no pensamento moderno. E, nesse particular, criador e criatura confundem-se. Na Arqueologia, esses dois “mundos” foram compartimentalizados em campos claramente definidos: o da pré-história, voltado aos grupos indígenas que viveram em época anterior a esse advento, e o do período histórico, voltado ao estudo das práticas ligadas ao Mundo Moderno (acerca desses limites, ver especialmente BEAUDRY, 1988; DEAGAN, 1988; DUNNELL, 1991; ORSER & FAGAN, 1995:6-14).

Essa polarização, processada no campo das mentalidades e das construções discursivas, produziu efeitos práticos. Gerou, conforme procurei expor acima, a exclusão progressiva dos grupos indígenas das preocupações de pesquisa da Arqueologia Histórica. Além disso, criou, na interface entre os dois campos, uma espécie de limbo, onde residem os estudos sobre os grupos indígenas que viveram à época do contato e em momentos posteriores a ele. Por ser esse um espaço de indefinição, estabeleceu-se aí um lugar repleto de incertezas. Em um artigo de enorme importância ainda nos dias atuais, Lightfoot (1995) notou os prejuízos causados por essa divisão, que, segundo ele, implica, sobretudo, a impossibilidade de analisar por

uma perspectiva diacrônica os processos associados ao colonialismo e que incluíram fenômenos de grande amplitude e impacto, tais como epidemias, genocídios, migrações em massa e transformação cultural. Tão importantes quanto o diagnóstico dos problemas envolvidos com essa divisão foram as alternativas por ele propostas, que indicam algumas saídas possíveis para a superação desse problema. Dentre essas alternativas, destaco duas: a denominada “análise pluralista”, conceito que envolve abordagens comparativas de contextos e sítios que cruzam os limites conceituais dos dois campos, de modo a permitir um entendimento mais refinado dos processos ligados às transformações experimentadas por essas populações após o contato com os europeus; a realização de trabalhos colaborativos que incluam pesquisadores com treinamento nos dois campos, o que pode permitir o intercâmbio de conhecimentos e a criação de agendas de pesquisa comuns.

Para além dos problemas criados pela divisão entre Arqueologia Histórica e Pré-história, outros tantos colocam-se para os estudiosos das comunidades indígenas que viveram em períodos mais recentes. Talvez um dos mais desafiadores seja a identificação arqueológica de vestígios materiais ligados a esses grupos. Superar esse problema pode ser mais fácil em contextos nos quais há uma reconhecida presença indígena e nos quais são conhecidos seus locais de uso e circulação. Todavia, complica-se em locais como cidades e vilas, na medida em que esses assentamentos eram espaços plurais onde circulavam pessoas com bagagens étnicas e culturais muito diversas. As saídas para esse tipo de impasse podem ser arriscadas e de difícil solução. A busca, por exemplo, por “marcadores étnicos” é um perigo que mora ao lado. Esse tipo de recurso, que fixa determinados tipos de artefatos ou categorias materiais como diagnósticos de certos grupos, vem sendo criticado por se utilizar de correlações simplistas e, muitas vezes, baseadas em estereótipos. É criticado também por considerar as práticas materiais pretéritas como estáticas e inflexíveis (SINGLETON, 1999:88). Uma informação de fundo necessária para o enfrentamento desse problema é que os artefatos associados aos indígenas e demais grupos envolvidos nos encontros coloniais foram vetores e produto desses mesmos encontros e, nesse sentido, estiveram sujeitos ao desenvolvimento de formas e usos híbridos. Ainda que muitas dessas modalidades materiais pudessem ser informadas pela base cultural dos seus produtores e usuários, podiam estar sujeitas a processos de transformação e ressignificação.

Uma alternativa analítica que pode se mostrar produtiva para o estabelecimento de correlações entre grupos indígenas e os objetos a eles associados é a biografia de artefatos (GILCHRIST, 2000; GOSDEN & MARSHALL, 1999; JONES, 2002). Esse tipo de análise envolve o estudo da trajetória de vida de um artefato ou conjunto de artefatos, incluindo, nesses percursos, o exame dos seus entrelaçamentos com práticas culturais e sociais específicas. Também pode ser útil esse modelo de análise para o estudo das interações das comunidades indígenas com outros grupos, na medida em que, ao longo da sua trajetória, um artefato pode conectar diferentes sujeitos, muitas vezes diferentes entre si (e.g. JEFFRIES, 2009). A partir do exame das memórias materiais contidas nos artefatos, que podem incluir, por exemplo, evidências do emprego de técnicas de manufatura específicas, assinaturas físico-químicas ou marcas de uso, é possível obter também aproximações sobre como certos grupos se apropriaram de práticas originalmente pertencentes a outros. Por exemplo, em um estudo sobre os tachos de cobre usados pelos indígenas à época do contato no Canadá, Turgeon (1997) examinou os processos que levaram a uma transformação radical dos usos e significados atribuídos a esses artefatos. Contrapondo-se às análises tradicionais, que viam esses objetos como indicativos da assimilação de práticas europeias e perda de referenciais próprios, identificou nesses artefatos um conjunto de novos usos

motivados por razões de ordem política, religiosa e social. Conforme por ela demonstrado, a feição, cor e resistência desses objetos foram entendidas pelos indígenas como tendo propriedades excepcionais e de significado mágico, o que terminou reorientando o seu uso por esses grupos. Para viabilizar essa interpretação, a autora lançou mão de dois expedientes que se mostram cruciais para análises como a que ela realizou. O primeiro envolve um exame minucioso do contexto no qual esses artefatos foram depositados; o segundo, o cruzamento de dados arqueológicos e documentais, o que lhe permitiu traçar muitos dos percursos feitos por esses objetos até chegar às mãos das comunidades indígenas. Embora esse caso em particular envolva um tipo de artefato de produção europeia que terminou sendo usado por indígenas, percursos inversos podem também ser feitos. Análises dessa ordem, em última instância, apresentam-se como uma das alternativas possíveis para a identificação das relações estabelecidas entre diferentes sujeitos à época dos encontros coloniais. Nas palavras da autora (TURGEON, 1997:3), “seguir as pegadas deixadas por um objeto através do tempo e do espaço, de um grupo para outro, permite demarcar o espaço no qual o contato aconteceu e explicar melhor as progressões dos significados, à medida que vamos localizando-os no seu contexto cultural”. Por meio desse tipo de análise, temos a possibilidade de dissecar a construção de realidades híbridas, cujas complexidades sempre se apresentam como um desafio para o arqueólogo.

Parte do problema de localizar o índio no emaranhado das relações estabelecidas no período colonial passa pelas especificidades do contato e como elas progrediram no tempo. No Brasil, as condições de interação foram variáveis e, em muitas situações, bastante diversas das que se estabeleceram, por exemplo, com os africanos. Estes últimos, na condição de escravizados, viveram sempre no seio da sociedade colonial. A interação sempre foi intensa e muito próxima, tanto em áreas rurais quanto urbanas. A exceção coube apenas às situações de autoemancipação, quando eles criavam quilombos e passavam a viver à margem do universo colonial, ou quando formavam as chamadas “comunidades do mato” (AGOSTINI, 2002). Para o caso dos indígenas, situações de proximidade ocorreram apenas em alguns casos, como nos primeiros momentos do contato, em que, segundo crônicas, eles podiam compor a parcela mais numerosa da população (SOARES, 1966:11), ou em assentamentos formalmente estabelecidos pela Coroa portuguesa, como as reduções, presídios e outros tipos de aldeamentos oficiais. Todavia, houve situações, bastante frequentes, em que comunidades indígenas viveram de forma segregada. Em alguns casos, isso ocorreu em decorrência de processos malsucedidos de contato e colaboração. Um fenômeno dessa ordem aconteceu no século 16 em Salvador, de onde os indígenas passaram a se distanciar, progressivamente, em função das guerras e inúmeros conflitos (ANCHIETA, 1933:354-356; GANDAVO, 1964:10). Em outros casos, processos de distanciamento ocorreram em função da disputa territorial, como em Goiás do Setecentos, onde os Kayapó do sul impuseram forte resistência, formando uma zona de ocupação territorial quase que impenetrável ao colonizador (ATAÍDES, 1998).

Essa diversidade de situações implicou formas muito diversas de interação. Uma questão que aqui se coloca e merece nossa reflexão diz respeito ao fato de que tendemos a pensar os indígenas apenas quando a interação envolveu situações de copresença, que defino como aquelas implicadas com o compartilhamento de espaços rurais e urbanos de forma direta e recorrente. A maior parte dos estudos arqueológicos que envolvem os indígenas está quase que inteiramente restrita a situações dessa ordem, tendo entre os exemplos mais conhecidos as reduções do Sul do Brasil (KERN, 1982, 1998) e São Paulo do século 17 (ZANETTINI, 2005). Acredito que, nas duas últimas décadas, essa tendência foi potencializada pela Arqueologia Pós-processual, que se tornou o

paradigma dominante da Arqueologia Histórica a partir dos anos 1990. Por focar o contexto e, portanto, o que há de local e específico na materialidade, ela terminou dirigindo nosso olhar para uma visão atomizada das práticas culturais e muito pouco atenta às relações passadas em escalas espaciais mais amplas. Contribuíram para esse tipo de enfoque os autores dos quais a Arqueologia Pós-processual comumente se serve, como Giddens (1989) e Bourdieu (1977), cujas teorias se fundamentam em situações assíduas de copresença. Obviamente, esse tipo de orientação é importante para elucidar uma série de questões de interesse. Na minha própria pesquisa, tenho utilizado esse enfoque para discutir a emergência de práticas culturais próprias pelas comunidades escravizadas do Brasil central (SOUZA, 2011, 2012, 2016). Contudo, deve-se considerar que, se ficamos restritos a ele, corremos o risco de perder de vista modalidades de interação que foram passadas em escalas mais amplas e que merecem também ser compreendidas.

Alguns temas de pesquisa podem ser relevantes para elucidar essas e outras situações. Selecionei quatro eixos temáticos que, no meu entendimento, podem ser úteis nas nossas discussões.

O primeiro envolve a investigação arqueológica dos impactos produzidos pela expansão europeia e pelo colonialismo. A situação de contato teve várias dimensões interconectadas de ordem biológica, social, cultural e econômica. No plano biológico, as transformações ambientais produzidas pela expansão europeia, cujas características levaram Cosby (citado em SILLIMAN, 2005:275) a caracterizá-las como “imperialismo ecológico”, incluíram a introdução maciça de espécies animais e vegetais, bem como transformações na paisagem. Efeitos desses processos foram certamente sentidos na dieta dos grupos envolvidos. No plano biológico, inclui-se ainda a disseminação de doenças cujos impactos reais ainda estão por ser mais bem compreendidos. Sabe-se muito pouco, por exemplo, se as epidemias disseminadas pelos europeus tiveram modos de dispersão localizados ou difusos. Uma estimativa realista e amparada por dados empíricos dos óbitos está também ainda por ser feita. Os impactos estenderam-se também à paisagem social, uma vez que a presença europeia implicou reorganizações drásticas na dispersão dos grupos indígenas, bem como no uso, atribuições e significados dos espaços por ele ocupados. Por meio de nossas pesquisas, temos condições de oferecer novas perspectivas para um entendimento mais amplo desses processos.

Uma consideração importante feita por Liebmann (2012) acerca desse tipo de abordagem diz respeito a uma tendência, corrente entre os pré-historiadores, em simplificar o chamado “período histórico” que, pelo menos no caso dos Estados Unidos, tem sido considerado de forma unificada e monolítica. Discutindo o caso dos Pueblos do sudoeste americano, esse autor demonstrou um movimento muito dinâmico de transformações pós-contato experimentadas por esses grupos ao longo do tempo. Sua análise teve o mérito de tornar clara a necessidade de estudos que contemplem, de forma detida, a dimensão histórica das experiências indígenas, o que certamente pode permitir elaborações mais refinadas sobre a diversidade de vivências desses grupos no tempo.

Um segundo tema – e talvez o mais explorado – diz respeito às trocas culturais e processos de transformação experimentados por esses indivíduos. No Brasil, a relação deles com os colonizadores teve uma natureza muito particular e bastante distinta daquela estabelecida, por exemplo, com os africanos. Complexa e volátil, ela podia passar de uma curiosidade branda (CAMINHA, 1965) para a aversão recíproca (ANCHIETA, 1933:356). Disse o padre Manuel de Nóbrega (1955:325) que os portugueses lhes tinham ódio, razão pela qual os tratavam “como cachorros”, mas

podiam com eles negociar (CARDIM, 1997:217) e comer das suas aldeias (ANCHIETA, 1933:382). Podiam eles ser aliados ou ferozes inimigos (VASCONCELOS, 1977). Religiosos podiam oferecer-lhes uma proteção condescendente e disciplinadora, enquanto outros podiam explorar seu trabalho por meio da captura de prisioneiros, da imposição da força e de inúmeros estratagemas políticos (NOBREGA, 1955). Diante da complexidade de situações envolvidas nesses encontros, têm sido dadas como insuficientes as explicações baseadas em dicotomias do tipo colonizador|colonizado e dominante|dominado (e.g. HART *et al.*, 2012; ROGERS, 2005; STEIN, 2005). Tem sido considerado que, nos encontros coloniais, essa diversidade deve ser levada em conta, e suas variantes, exploradas.

Durante muito tempo, o conceito de aculturação prejudicou o entendimento dessas transformações. Como estrutura conceitual, ele reiterava ideias sobre a perda de modos de vida tradicionais e a adoção passiva de referenciais e valores europeus. Na Arqueologia, a penetração de artefatos estranhos às culturas indígenas foi repetidamente usada de modo a indicar processos de assimilação e dissolução cultural progressiva (RUBERTONE, 2000:426-430). Contrapondo-se a essa visão, tem-se argumentado que as transformações experimentadas pelos grupos indígenas poderão ser mais bem entendidas se for levado em conta que o contato produziu entrelaçamentos e influências r cprocas. Por exemplo, examinando o caso da Aldeia de Santarém, Pará, Symanski e Gomes (2012) observaram que a cerâmica de uso cotidiano desse sítio foi produto de trocas culturais entre indígenas, portugueses, luso-brasileiros e mestiços. Na sua pesquisa, demonstraram o caráter híbrido desses artefatos, que, segundo os autores, estava relacionado à construção de uma sociedade mestiça.

  medida que, em diferentes contextos, o contato dos indígenas com outros grupos progrediu, desenvolveram-se realidades complexas e cheias de nuances. Em situações de copresença, essas nuances podiam se relacionar a diferentes modalidades de estratégia social que, quando examinadas, podem trazer melhores entendimentos para as situações de trocas culturais que se estabeleceram. Examinando as práticas materiais dos primeiros assentamentos espanhóis das Américas, Deagan (1996), por exemplo, demonstrou que muitas das trocas ocorridas entre espanhóis, nativos e africanos, estabelecidas ora por meio de relações de trabalho, ora por meio de uniões consensuais, foram baseadas em estratégias de g nero e etnicidade. Estudos como esse apontam para as complexidades existentes nessas trocas e cujos meandros podem ser explicados por meio de análises arqueológicas.

Uma dimensão distinta dos sistemas de intercâmbio cultural diz respeito às situações nas quais os indígenas viviam espacialmente destacados dos assentamentos coloniais, mas com eles estabeleceram sistemas de comunicação e troca. Lightfoot e Martinez (1995) argumentaram que o fato de viverem destacados do universo colonial não implicou a criação de barreiras com limites claramente estipulados ou uma insularidade absoluta. Segundo eles, mesmo quando se estabelecia a competição por territórios, foram criadas zonas de interação que podiam estar abertas para o intercâmbio, a criação e a transformação cultural. Embora, obviamente, o grau de permeabilidade para essas trocas pudesse ser variável, é certo que ela sempre existiu. Por sua habilidade em trabalhar com escalas espaciais amplas, a Arqueologia pode dar contribuições importantes para o entendimento dessas zonas de interação, examinando de que forma se deu a penetração de práticas e materialidades, que podem ter sido produto tanto da competição quanto da cooperação.

Um terceiro tema, e em certo sentido identificado com o que esbocei acima, diz respeito aos estudos que exploram as relações de trabalho estabelecidas entre indígenas e a sociedade colonial. Para além dos sistemas comerciais regulares,   imprescindível

notar que, embora definida dentro de moldes distintos da escravidão africana, a forma de trabalho compulsório também ocorreu para o caso dos indígenas.

Conforme já notado por Silliman (2005:281; 2010:33-35), estudos sobre as relações de trabalho podem ajudar a iluminar o entendimento de muitas das lutas sociais ligadas ao colonialismo, bem como às decisões tomadas pelos indígenas sobre como e com quem interagir e estabelecer alianças. Um tipo de artefato que pode ser interessante para discussões dessa ordem é a cerâmica, na medida em que sua produção esteve em muitas regiões brasileiras, nas mãos dos indígenas — em algumas situações, por longos períodos de tempo. Esse foi o caso, por exemplo, do Rio de Janeiro, onde diversos cronistas registraram a circulação, na cidade, de recipientes fabricados por esses indivíduos, ainda que em parte, já que os africanos se envolveram também nesse tipo de manufatura (DEBRET, 1948:128-130,193-194; EWBANK, 1973:349-352). Esses artefatos podiam ser produzidos nas imediações dos núcleos urbanos e unidades rurais. Nesse sentido, análises arqueométricas podem permitir aproximações importantes para o entendimento não só da produção e distribuição desses artefatos, mas também da circulação de saberes, práticas e preferências.

Acerca do trabalho indígena, é útil considerar que ele se imbricava com diferentes estratégias sociais, bem como com uma série de aspectos de ordem cultural. Ao examinar as cerâmicas coloniais com decoração corrugada e proveniente de diferentes regiões brasileiras, pude perceber que a presença desse tipo de decoração estava restrita aos recipientes usados no preparo de alimentos ligados à mandioca, que, desde os momentos iniciais da colonização, foi produzida pelos indígenas e aproveitada pelos europeus na sua base alimentar. Examinando esses artefatos, reconheci a imbricação do trabalho indígena com critérios sociais baseados na cor, etnicidade, gênero e status social (SOUZA, 2010). A compreensão das relações de trabalho vão, indiscutivelmente, muito além do nível puramente econômico.

Um último tema diz respeito ao estudo das ontologias nativas. É interessante notar como nos estudos arqueológicos feitos no Brasil e em outras partes das Américas esse tema continua muito pouco explorado. Desde o trabalho seminal realizado por Tochetto (1996), cuja análise envolveu o exame de estratégias de resistência Guarani nas missões jesuíticas do Sul do Brasil, muito pouco foi produzido. Na Arqueologia da Diáspora Africana, sobram os estudos que levam em conta as formas de apreensão do mundo baseadas nas lógicas internas dos africanos (*e.g.* AGOSTINI, 1998; SOUZA & AGOSTINI, 2012; SYMANSKI, 2007; SYMANSKI & ZANETTINI, 2010). Todavia, na Arqueologia dos grupos indígenas, faltam análises dessa ordem, estando os estudos quase que invariavelmente centrados em uma tomada de perspectiva europeia.

A análise feita por Ribeiro e Jácome (2014) sobre as populações indígenas que viveram no Espírito Santo mostrou a força que possuem estudos que levam em conta as lógicas nativas. Baseadas no entendimento Tupi de alteridade e reciprocidade, as autoras ofereceram uma leitura alternativa e renovadora para os estudos sobre a materialidade dos grupos indígenas. A partir de uma leitura do contato baseada nas lógicas internas Tupi, demonstraram a existência de realidades outras. Nesse texto, os Tupi emergem como sujeitos e donos da sua própria história. Estudos dessa ordem podem certamente se beneficiar de avenidas analíticas já consolidadas, como o perspectivismo (CASTRO, 1996; DESCOLA, 1992).

Do ponto de vista sociopolítico, esse tipo de análise pode também representar uma virada importante na medida em que vai ao encontro de uma Arqueologia Decolonizante, interessada no desenvolvimento de novas epistemologias e sensível às histórias e percepções nativas (ATALAY, 2006; OLAND *et al.*, 2012; SMITH & WOBST, 2005).

O estudo sobre as comunidades indígenas tem pela frente inúmeros desafios, mas também um universo de possibilidades vibrante e repleto de alternativas. A disciplina está em condições de oferecer caminhos únicos e significativos para o entendimento da experiência desses grupos. Está em posição também de contribuir para uma dissolução, há muito necessária, da compartimentalização imposta ao passado desses grupos. Neste texto, busquei explorar algumas dessas possibilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINI, C. 1998. Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material dos escravos do Século XIX. *Revista de História Regional*, 3(2): 115-137.
- AGOSTINI, C. 2002. Entre senzalas e quilombos: "comunidades do mato" em Vassouras do oitocentos. In: ZARANKIN, A. S. & SENATORE, M. X. (org.), *Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul*. Buenos Aires, Editora del Tridente, pp. 19-30.
- ALBUQUERQUE, M. 1969. O sítio arqueológico PE 13-Ln. Um sítio de contato interétnico: nota prévia. *Pesquisas, Arqueologia*, 20: 79-89.
- ANCHIETA, J. D. 1933. *Cartas : informações, fragmentos históricos e sermões*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- ATAÍDES, J. Z. M. D. 1998. *Sob o signo da violência : colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil central*. Goiânia, Editora UCG.
- ATALAY, S. 2006. Indigenous archaeology as decolonizing practice. *The American Indian Quarterly*, 30(3): 280-310.
- BEAUDRY, M. C. 1988. Introduction. In: BEAUDRY, M. C. (org.), *Documentary Archaeology in the New World*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-3.
- BELTRÃO, M. D. C. D. M. C. & LARAIA, R. D. B. 1969. O método arqueológico e a interpretação etnológica. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 17: 203-217.
- BLASI, O. 1963. Aplicação do método arqueológico no estudo da estrutura agrária de Vila Rica do Espírito Santo. *Boletim da Universidade do Paraná*, 4: 1-13.
- BLASI, O. 1966. *Investigações arqueológicas nas ruínas da redução jesuítica de Santo Inácio do Ipaumbuçu ou Mini, Paraná, Brasil*. XXVI Congresso Internacional de Americanistas, Sevilha.
- BOURDIEU, P. 1977. *Outline of a theory of practice*. Cambridge, U.K. ; New York, Cambridge University Press.
- BROCHADO, J. P. 1969a. A cerâmica das Missões Orientais do Uruguai: um estudo de aculturação indígena através da mudança na cerâmica. *Pesquisas, Antropologia*, 20: 169-201.
- BROCHADO, J. P. 1969b. Pesquisas arqueológicas nos vales do Ijuí e Jacuí. *Publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 13: 31-62.
- CAMINHA, P. V. D. 1965. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora.
- CARDIM, F. O. 1997. *Tratado da terra e gente do Brasil*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- CASTRO, E. V. D. 1996. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, 2(2): 115-144.
- CHMYZ, I. 1963. Contribuição arqueológica e histórica ao estudo da comunidade espanhola de Ciudad real do Guaira. *Revista de História*, 2: 77-114.
- CHMYZ, I. 1964. Pesquisas arqueológicas na jazida histórica de Ciudad Real de Guaira - Paraná. *Revista do Centro de Estudos Científicos*, 7-8: 105-107.
- DEAGAN, K. 1988. Neither history nor prehistory: the questions that count in historical Archaeology. *Historical Archaeology*, 22(1): 7-12.
- DEAGAN, K. 1996. Colonial transformation: Euro-American cultural genesis in the early Spanish-American colonies. *Journal of Field Archaeology*, 52(2): 135-160.
- DEBRET, J. B. 1948. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia.

- DESCOLA, P. 1992. Societies of nature and the nature of society. In: KUPER, A. (org.), *Conceptualizing society*. London, Routledge, pp. 107-126.
- DIAS JR., O. 1964. Cerâmica cabocla. *Boletim de Arqueologia do IAB*, 3(2): 7-11.
- DUNNELL, R. C. 1991. Methodological impacts of catastrophic depopulation in american archaeology and ethnology. In: THOMAS, D. H. (org.), *The spanish borderlands in pan-American perspective*. Washington, D.C., Smithsonian Institution Press, pp. 561-580.
- EWBANK, T. 1973. *A vida no Brasil*. Editora Conquista, Rio de Janeiro.
- GANDAVO, P. D. M. E. 1964. *História da Província Santa Cruz*. São Paulo, Editora Obelisco.
- GIDDENS, A. 1989. *A constituição da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes.
- GILCHRIST, R. 2000. Archaeological biographies: realizing human lifecycles, -courses and -histories. *World Archaeology*, 31(3): 325-328.
- GOSDEN, C. & MARSHALL, Y. 1999. The cultural biography of objects. *World Archaeology*, 31(2): 169-178.
- HART, S. M., et al. 2012. Finding transitions: global pathways to decolonizing indigenous histories in Archaeology. In: OLAND, M., HART, S. M. & FRINK, L. (org.), *Decolonizing indigenous histories: exploring prehistoric / colonial transitions in Archaeology*. Tucson, The University of Arizona Press, pp. 1-18.
- JEFFRIES, N. 2009. A Biography of a Stoneware Ginger Beer Bottle: The Biucchi Brothers and the Ticinese Community in Nineteenth-Century London. In: WHITE, C. L. (org.), *The materiality of individuality: archaeological studies of individual lives*. New York, Springer, pp. 57-74.
- JONES, A. 2002. *Archaeological theory and scientific practice*. Topics in contemporary archaeology. Cambridge ; New York, Cambridge University Press.
- KERN, A. A. 1982. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- KERN, A. A. 1998. *Arqueologia histórica missioneira*. Porto Alegre, EDIPUCRS.
- LIEBMANN, M. 2012. The rest is history: devaluing the recent past in the archaeology of the Pueblo Southwest. In: OLAND, M., HART, S. M. & FRINK, L. (org.), *Decolonizing Indigenous Histories*. Tucson, The University of Arizona Press, pp. 19-44.
- LIGHTFOOT, K. 1995. Culture contact studies: redefining the relationship between Prehistoric and Historical Archaeology. *American Antiquity*, 60(2): 199-217.
- LIGHTFOOT, K. & MARTINEZ, A. 1995. Frontiers and boundaries in archaeological perspective. *Annual Review of Anthropology*, 24: 471-492.
- MATTHEWS, C. N. 2007. History to prehistory: an archaeology of being Indian. *Archaeologies*, 3(3): 271-295.
- MONTEIRO, J. M. 1994. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- NÓBREGA, M. D. 1955. *Cartas do Brasil e mais escritos (opera omnia)*. Coimbra, Universidade de Coimbra.
- OLAND, M., et al. 2012. *Decolonizing indigenous histories : exploring prehistoric / colonial transitions in archaeology*. Tucson, University of Arizona Press.
- ORSER, C. E. & FAGAN, B. M. 1995. *Historical archaeology*. New York, Harper Collins College Publishers.
- RIBEIRO, L. & JÁCOME, C. 2014. Tupi ou não Tupi? Predação material, ação coletiva e colonialismo no Espírito Santo, Brasil. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 9(2): 465-486.
- ROGERS, J. D. 2005. Archaeology and the interpretation of colonial encounters. In: STEIN, G. J. (org.), *The Archaeology of Colonial Encounters: comparative perspectives*. Santa Fe, School of American Research, pp. 331-354.
- RUBERTONE, P. 2000. The Historical Archaeology of Native Americans. *Annual Review of Anthropology*, 29: 425-446.
- SILLIMAN, S. W. 2005. Social and physical landscapes of contact. In: PAUKETAT, T. R. & LOREN, D. D. (org.), *North American Archaeology*. Oxford, Blackwell, pp. 273-296.
- SILLIMAN, S. W. 2010. Indigenous traces in colonial spaces. *Journal of Social Archaeology*, 10(1): 28-58.

- SINGLETON, T. A. 1999. An introduction to African-American Archaeology. In: SINGLETON, T. A. (org.), *"I too, am America": archaeological studies of African-American life*. Charlottesville, University of Virginia Press, pp. 1-17.
- SINGLETON, T. A. & SOUZA, M. A. T. D. 2009. Archaeologies of the African Diaspora: Brazil, Cuba, and the United States. In: MAJEWSKI, T. & GAIMSTER, D. (org.), *International Handbook of Historical Archaeology*. New York, Springer, pp. 449-469.
- SMITH, C. & WOBST, H. M. 2005. *Indigenous archaeologies : decolonizing theory and practice*. London, New York, Routledge.
- SOARES, F. 1966. *Coisas notáveis do Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- SOUZA, M. A. T. D. 2010. Divisões sociais, utensílios cerâmicos e o preparo da farinha de mandioca no Brasil colonial. *Clio. Série Arqueológica*, 25: 97-127.
- SOUZA, M. A. T. D. 2011. A vida escrava portas adentro: Uma incursão às senzalas do Engenho de São Joaquim, Goiás, século XIX. *Maracanan*, 7: 83-109.
- SOUZA, M. A. T. D. 2012. Ao pé do fogo: a paisagem social no interior de uma senzala oitocentista. In: ANDRADE, R. D. & MACEDO, J. D. (org.), *Aqueologia na paisagem: novos valores, dilemas e instrumentais*. Rio de Janeiro, Rio Books, pp. 34-59.
- SOUZA, M. A. T. D. 2016. Behind Closed Doors: Space, Experience, and Materiality in the Inner Areas of Brazilian Slave Houses. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, 5(2): 147-173.
- SOUZA, M. A. T. D. & AGOSTINI, C. 2012. Body marks, pots and pipes: some correlations between African scarifications and pottery decoration in eighteenth and nineteenth-century Brazil. *Historical Archaeology*, 46(3): 102-123.
- STEIN, G. J. 2005. Introduction: the comparative archaeology of colonial encounters. In: STEIN, G. J. (org.), *The Archaeology of colonial encounters*. Santa Fe, School of American Research, pp. 3-31.
- SYMANSKI, L. C. P. 2007. O domínio da tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *Vestigios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 1(2): 7-36.
- SYMANSKI, L. C. P. 2014. A Arqueologia da diáspora africana no Brasil e nos Estados Unidos: problemáticas e modelos. *Afro-Ásia*, 49: 159-198.
- SYMANSKI, L. C. P. & GOMES, D. M. C. 2012. Mundos mesclados, espaços segregados: cultura material, mestiçagem e segmentação no sítio Aldeia em Santarém (PA). *Anais do Museu Paulista*, 20(2): 53-90.
- SYMANSKI, L. C. P. & ZANETTINI, P. 2010. Encontros culturais e etnogênese: o caso das comunidades Afro-Brasileiras do Vale do Guaporé. *Vestigios*, 4(2): 91-123.
- TOCCHETTO, F. B. 1996. A cerâmica do Guarani missioneiro como símbolo de identidade étnica. *Historical Archaeology in Latin America*, 13: 77-98.
- TRIGGER, B. G. 1989. *A history of archaeological thought*. Cambridge, Cambridge University Press.
- TURGEON, L. 1997. The tale of the kettle: odyssey of an intercultural object. *Ethnohistory*, 44(1): 1-29.
- VASCONCELOS, S. O. D. 1977. *Crônica da Companhia de Jesus*. Petrópolis, Vozes.
- ZANETTINI, P. E. 2005. Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista. *Tese de doutorado*, Universidade de São Paulo, São Paulo.